

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO: RESSIGNIFICANDO AS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS

Ana Paula Santos Souza Teixeira, Universidade Federal da Bahia (UFBA),
<https://orcid.org/0000-0002-7795-2734>, Brasil, teixeiraa@ufba.br

Nídia Maria Lienert Lubisco, Universidade Federal da Bahia (UFBA), <http://orcid.org/0000-0002-5008-8878>, Brasil, nidialubisco@gmail.com

Eixo: Impactos sociais

1 Introdução

A partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) no Brasil, em 1909, a educação profissional passou a ser uma das alternativas para a qualificação de mão de obra e a provisão da sobrevivência das classes proletárias e dos seus filhos, considerados pessoas em situação de vulnerabilidade social – em sua maioria jovens indígenas e pessoas escravizadas – que buscavam entrar no mercado de trabalho (Ministério da Educação, 2010). Foi nesse contexto que se estabeleceram as bibliotecas da RFEPT, com características de biblioteca escolar, por atenderem apenas aos cursos técnicos de nível médio.

Em 2008, cria-se, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), o qual foi reestruturado em uma instituição *multicampi*, com proposta político-pedagógica verticalizada^[1], congregando o ensino superior (graduação e pós-graduação), a pesquisa e a extensão.

A partir disso, as bibliotecas passaram a ser caracterizadas concomitantemente como biblioteca escolar e universitária, fato que levou Moutinho (2014) a propor a terminologia “biblioteca multinível”, assim compreendida por contemplar três níveis de ensino (médio, técnico e superior). Nesse contexto

institucional, entende-se que a biblioteca multinível tem uma peculiaridade por ancorar sua atuação na diversidade do perfil da comunidade dos IF.

Neste trabalho, compreende-se que a Ciência da Informação (CI), especialmente, a Biblioteconomia e a Educação se inter-relacionam pela perspectiva humanista e social e pela característica de a educação ser um processo de aprendizagem contínuo, enquanto a informação é elemento essencial nesse desenvolvimento. Sendo assim, compreende-se que, para além da execução de atividades relativas às funções biblioteconômicas convencionais, a biblioteca é um espaço de educação não formal de aprendizagem e carrega, intrinsecamente, em sua natureza, o papel de promover a educação para a sociedade.

Nesse sentido, este estudo se justifica por entender que promover ações de educação em informação na biblioteca multinível é um dos caminhos para o enfrentamento dos desafios informacionais hodiernos, como, por exemplo, a desinformação, o negacionismo científico e a proliferação de notícias falsas, em paralelo à oportunidade de autoaprendizagem, da convivência multicultural e do desenvolvimento do pensamento científico. Além disso, compreendemos que a educação em informação corrobora para a

ressignificação e o fortalecimento da identidade da biblioteca multinível, isso porque ela carrega, por sua natureza - como todos os tipos de biblioteca -, o papel de promover a educação para a sociedade (Perrotti, 2016).

A educação em informação envolve o desenvolvimento de ações educativas, isto é, refere-se à formação de sujeitos capazes de buscar, produzir, disseminar, apropriar-se e utilizar criticamente a informação (Borges, Brandão & Barros, 2022). Entende-se, portanto, que as ações voltadas para a educação em informação propiciam ao sujeito informacional o desenvolvimento de um pensamento crítico, ético e autônomo.

Neste estudo, visualiza-se a biblioteca como espaço não formal de aprendizagem que carrega intrinsecamente em sua filosofia o papel de promover a educação para a sociedade. Além do mais, são espaços fundamentais para promover essa educação, por serem interativos e de construção de saberes com a participação do sujeito, sobretudo, em acordo com sua crença, vivência sociocultural e histórica.

Diante do exposto, parte-se do princípio de que a biblioteca multinível precisa considerar as mudanças no cenário informacional e tecnológico, principalmente, com a evolução da Inteligência Artificial (IA), a qual tem alterado os formatos e conteúdos com que a informação se apresenta ao sujeito. Esses fatores demandam o desenvolvimento de ações para orientá-lo a localizar, acessar, selecionar, processar e avaliar de forma crítica e ética essas informações, contribuindo para seu processo de apropriação (Perrotti, 2016), bem como para incentivá-lo a dinamizar esses processos.

Fruto da discussão teórica da pesquisa em andamento no doutorado em Ciência da Informação, este trabalho objetiva elucidar o caráter educativo da biblioteca multinível, com vistas a fortalecer a sua identidade, contribuindo para o atendimento às demandas sociais emergentes quanto aos aspectos educacionais e informacionais. De abordagem

qualitativa, origina-se a seguinte pergunta de partida: - De que forma a biblioteca multinível pode fortalecer a sua identidade, contribuindo no atendimento às demandas sociais emergentes quanto aos aspectos educacionais e informacionais?

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e descritiva, tendo por embasamento a revisão da literatura especializada sobre a temática, em que se incluíram teóricos do campo de estudo da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Educação.

2 Os Institutos Federais: percurso histórico de uma instituição centenária

A primeira composição da RFEPT foi na Primeira República (1889 a 1930), por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha. Na época, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais dos estados brasileiros^[2], financiadas pela União, com a finalidade de promover o ensino profissional primário gratuito (Decreto nº 7.566, 1909). Naquele momento, estabeleceram-se também as bibliotecas da RFEPT com características de biblioteca escolar.

O cenário brasileiro de então estava ocupado com o capital agrário exportador, visando promover o desenvolvimento econômico do país, corroborando os interesses do capitalismo industrial nacional. Pacheco (2020, p. 1) afirma que “A formação da sociedade brasileira foi marcada, principalmente, por três elementos essenciais: a escravidão, o *déficit* democrático e a ausência de Projetos Nacionais consistentes”. Foi nesse cenário que foram criadas as Escolas de Aprendizes e Artífices, objetivando qualificar a mão de obra e prover a sobrevivência das classes proletárias e dos seus filhos jovens, tendo em vista sua vulnerabilidade social.

Em 1937, com a promulgação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, durante o Governo Getúlio Vargas, as Escolas de Aprendizes e Artífices transformaram-se em liceus profissionais, orientados a diversos ramos de

possível atuação laboral. Já em 1942, os liceus passaram a chamar-se Escolas Industriais e Técnicas, devido às Leis Orgânicas do Ensino, que remodelaram todo sistema educacional brasileiro, equiparando o ensino profissional e técnico ao nível médio (Ministério da Educação, 2018).

Anos mais tarde, foi no período industrial brasileiro (1956 a 1961) – governo Juscelino Kubitschek – que ocorreram os maiores investimentos em infraestrutura e em Educação, com o objetivo de atender às metas de desenvolvimento do país. Logo, surgiu a necessidade de mão de obra especializada, desencadeando, desse modo, investimentos voltados para “[...] a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.” (Ministério da Educação, 2010, p. 11). Nesse contexto, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram a chamar-se Escolas Técnicas Federais e se tornaram autarquias federais, com autonomia didática, financeira e administrativa (Ministério da Educação, 2010).

Diante desse cenário, com a necessidade de formar técnicos sob o regime da urgência, foi promulgada em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 5.692, por meio da qual estabeleceu-se que todo currículo do segundo grau se transformasse em técnico-profissional (Ministério da Educação, 2010) – Governo Médici.

Nessa conjuntura da ditadura militar, em 1978 – governo Geisel -, a Lei nº 6.545 transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), visando formar engenheiros de operação e tecnólogos, desenvolver pesquisa na área técnica industrial e ofertar cursos industriais de graduação e pós-graduação (Ministério da Educação, 2018).

No bojo dessas transformações da RFEPCT, suas bibliotecas ainda conservavam um caráter custodial e tecnicista, tendo em vista que elas seguiam a missão e os valores da instituição nas quais estavam inseridas. Até a década de 1990, a RFEPCT trazia como primordial no seu fazer pedagógico tanto a educação profissional, quanto o desenvolvimento econômico. Foi a partir de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que a RFEPCT assumiu

a qualidade social como a sua prioridade (Ministério da Educação, 2010), ou seja, ela passou a apresentar a educação profissional e tecnológica destacando a importância da “[...] melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.” (Ministério da Educação, 2010, p. 14).

Salienta-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 (Governo Fernando Henrique Cardoso) também contribuiu para essa mudança, fortalecendo a educação profissional com apresentação de artigos específicos que tratam dessa modalidade de ensino de forma humanística e social, propiciando, sobretudo, a inclusão e a democratização dos bens sociais (Ministério da Educação, 2018), superando, desse modo, os “[...] enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país” (Ministério da Educação, 2018, p. 5).

Em 2003, o então governo Luiz Inácio Lula da Silva visualizou a educação profissional como importante e crucial, tanto para o crescimento local, quanto para o regional, e dessa vez o enfoque foi para o desenvolvimento econômico e o aspecto social, mediante a pretensão de formar cidadãos trabalhadores emancipados, com maior padrão de qualidade de vida (Ministério da Educação, 2010).

Nessa linha de pensamento, iniciou-se a expansão da RFEPCT, sendo a primeira, em 2006, com a implantação de 64 novas unidades de ensino e a segunda, em 2007, com a criação de 150 novas unidades de ensino, com o objetivo de ampliar a oferta dos cursos em todo território brasileiro, sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país” (Ministério da Educação, 2018, p. 15).

Esse cenário de crescimento, somado ao prevalecimento do caráter social da educação profissional, oportunizou a criação dos Institutos Federais (IF) – governo Luiz Inácio Lula da Silva – por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, subordinados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC). Destaca-se que, de 2003 a 2014, foram criadas 18 novas universidades federais e 173

campi universitários, praticamente duplicando o número de alunos, além de mais de 360 Institutos Federais por todo o país (Ministério da Educação, 2018). Não foi apenas uma mudança na nomenclatura, mas uma transformação no perfil da educação profissional e tecnológica. A instituição dos IF, representa

[...] um salto qualitativo em uma caminhada singular . . . [de mais de] cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Ministério da Educação, 2018, p. 18).

Em 2024, os IF já estavam presentes em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, e sua principal finalidade assim definida: “[...] desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (Lei n. 11.892, 2008, Art. 6º). Segundo Pacheco (2020, p. 7), os IF “Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão.” Por essas características, os IF são considerados uma política pública, não somente por serem uma instituição pública ou por serem mantidos por orçamento público, mas por terem como finalidade a prestação de serviço de educação de ensino superior, profissional e tecnológica à sociedade na perspectiva de transformá-la, com a criação de oportunidades e compartilhamento de proveitos sociais e, assim, dirimir a desigualdade no país (Ministério da Educação, 2010).

Equiparados às universidades a partir de 2008, os IF tiveram sua proposta político-pedagógica ampliada e verticalizada em estrutura de

multicampi, formada, entre outros espaços, por salas de aula convencionais e multimídia, laboratórios e bibliotecas, em paralelo ao aumento do número de discentes e servidores públicos atuantes nos *campi* (Becker & Faqueti, 2015). A Figura 1 demonstra a verticalização do ensino e as modalidades da educação profissional e tecnológica ofertadas nos IF.

Figura 4 - A verticalização do ensino e as modalidades da educação profissional e tecnológica dos IF



MODALIDADES OFERTADAS

	MODALIDADE	REQUISITO	DURAÇÃO	
PÓS-GRADUAÇÃO	Stricto sensu	Ensino superior concluído	2 - 4 anos	
	Lato sensu	Ensino superior concluído	1 ano	
GRADUAÇÃO	Bacharelado	Ensino médio concluído	4 anos	
	Tecnologia (Tecnólogo)	Ensino médio concluído	2 - 3 anos	
	Engenharia	Ensino médio concluído	5 anos	
LICENCIATURA	Formação de professores	Ensino médio concluído	4 anos	
TÉCNICO	Integrado ¹	Ensino fundamental concluído	3 - 4 anos	
	Subsequente ²	Ensino médio concluído	1 - 2 anos	
	Proeja ³	Técnico	Ensino fundamental concluído	3 anos
		Formação inicial e continuada	1 a 4 séries ensino fundamental concluídas	até 2 anos
Formação inicial e continuada	Qualificação profissional para a elevação da escolaridade dos trabalhadores			
CURSOS	CARACTERÍSTICAS			

Fonte: Ministério da Educação (2024, p. 7)

Destaca-se que, os IF continuam em processo de expansão em todo território brasileiro, sendo que em 12 de março de 2024, o governo federal anunciou a criação de 100 novas unidades financiadas pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)^[3]. Além disso, os IF vêm fortalecendo estratégias de internacionalização, a fim de desenvolver acordos interinstitucionais voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão. Cita-se a parceria com os institutos politécnicos portugueses, por meio do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal (CCISP). A exemplo da parceria entre o Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) - Portugal e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – (IFSULDEMINAS), que oferece o Programa de mobilidade estudantil cujo objetivo é proporcionar intercâmbio estudantil por um semestre letivo ao discente do IFSULDEMINAS.

Apesar de a Rede Federal ser uma instituição centenária, tanto ela como os espaços que a compõem, como as bibliotecas, continuam em processo de transformação. No entanto, questiona-se se as bibliotecas acompanharam as mudanças de valores dos IF, inclusive no que se refere às políticas educacionais, pois entende-se que, por serem vinculadas aos IF, elas também sofrem influências na sua missão. Sendo assim, a próxima seção apresentará as características das bibliotecas multiníveis na perspectiva de tecer reflexões para contribuir no fortalecimento e ressignificação da sua identidade, acompanhando, assim, as transformações dos IF, deixando, cada vez mais o viés instrumental e assistencialista como os Liceus de 1909.

3 A biblioteca multinível

As bibliotecas têm diversas modalidades de apresentação e na literatura nacional elas foram classificadas a partir da combinação de três variáveis: função, acervo e público, formando a seguinte tipificação: nacionais, públicas, escolares, universitárias e especializadas (Lubisco, 2021). Apesar de cada tipo de biblioteca ter suas especificidades, todas têm em comum as funções básicas ou tradicionais, de reunir, organizar, preservar e disseminar a informação, assim como o papel social de formar uma sociedade crítica e informada.

As bibliotecas da RFEPCT foram criadas juntamente com as Escolas de Aprendizizes e Artífices, em 1909, como citado. À época, elas tinham características apenas de biblioteca escolar, por atenderem os cursos técnicos de nível médio. Segundo Carvalho (1970), as bibliotecas nas escolas técnicas industriais tinham como objetivo

[...] facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para uso dos professores, como para uso dos alunos; desenvolver nestes o gosto pela boa leitura, habituando-os a utilizar livros; desenvolver-lhes a capacidade de pesquisa, enriquecendo sua experiência pessoal, tornando-os, assim, mais aptos a progredir nas

profissões para as quais estão sendo preparados (Carvalho, 1970, p. 9).

Ora, se as Escolas de Aprendizizes tinham características instrumentais e assistencialistas, suas bibliotecas também seguiam a mesma linha, ou seja, atuavam em duas vertentes: no serviço técnico (processamento técnico do acervo: seleção, aquisição, registro, encadernação, classificação, catalogação); e, no serviço com o leitor (a referência, orientação à leitura e o empréstimo) (Carvalho, 1970).

Porém, como visto na seção 2, a trajetória histórica dos IF foi marcada por transformações atreladas ao cenário econômico e social do Brasil, e, com isso, sua missão, que outrora era mais instrumental e assistencialista, ao longo do tempo adotou o viés social. É nesse sentido que tecemos reflexões sobre a importância das bibliotecas multiníveis também acompanharem essas mudanças, alinhando sua missão àquelas das instituições às quais estão ligadas, com a finalidade de reconstruir uma identidade humanista e social, conforme perfil dos Institutos.

Para Silva (2004, p. 82), o termo identidade é atrelado à diferença, ou seja, “[...] dizer o que somos” significa também dizer “o que não somos” [pois] . . . afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora.”

Tal distinção é evidenciada pelas transformações que a instituição passa no decorrer dos anos, já que a identidade institucional é um processo desenvolvido pelas interações sociais (Machado, 2003). Nesse sentido, a identidade de uma instituição é percebida nos seus valores e sua missão, assim como em suas atividades meio e fim. Diante disso, neste estudo, compreende-se que ações voltadas à educação em informação podem contribuir para o processo de fortalecimento e a ressignificação da identidade das bibliotecas multiníveis, de forma alinhada ao que propugnam os IF quanto à sua missão educadora, educacional e educativa, aqui entendidas conforme segue: a) **função educadora** refere-se ao que é efetivamente ensinado, à formação de valores e à

transmissão de conhecimento; b) **função educacional** refere-se ao contexto da educação, quanto à estrutura como um todo, ligada ao papel da educação na sociedade; e, c) **função educativa** refere-se ao propósito ou ao efeito de educar, sem necessariamente ser intencional.

Segundo Becker e Faqueti (2015), em 2011, no VI Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (FNBIF), ocorrido em Pernambuco, foi instituída a Comissão Brasileira de Bibliotecas (CBBI) da RFEPT, que objetivou “[...] articular os saberes deste grupo de bibliotecários em busca da garantia de novas políticas para as bibliotecas da Rede” (Becker & Faqueti, 2015, p. 16). Essa articulação buscou ouvir os bibliotecários da Rede, a fim de conhecer a real situação das bibliotecas, para então pensar em soluções de integração, já que os bibliotecários atuavam de forma isolada (Becker & Faqueti, 2015).

A partir dessas discussões, da reestruturação para um IF *multicampi*, com proposta político-pedagógica verticalizada, a partir de 2008, como citado na seção 3, propiciou que as suas bibliotecas passassem a ter duas características: de biblioteca escolar e de biblioteca universitária.

Nesse sentido, faz-se oportuno tecer algumas características da biblioteca escolar e da universitária a fim de diferenciá-las. Em relação à biblioteca escolar, as diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (2016, p. 19) a define como “[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural.”

Segundo Lourenço Filho (1946, p. 4), “Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito.” Além disso, precisa haver uma integração entre professores e bibliotecários, no sentido de desenvolver competências, habilidades e atitudes, com vistas a contribuir na formação de um sujeito crítico e

responsável (International Federation of Library Associations and Institutions, 2016). Dessa forma, as diretrizes da IFLA destacam seis diretrizes referente ao papel educativo da biblioteca escolar conforme apresenta-se no Quadro 1.

Quadro 1- Diretrizes para o papel educativo da biblioteca escolar

Diretrizes	Habilidades/atitudes a serem desenvolvidas
Recursos	Avaliar as fontes de informação nos diversos formatos durante o processo de pesquisa.
Pensamento crítico	Analisar de forma crítica o(a) dado/informação no processo de pesquisa.
Produção de conhecimento	Demonstrar compreensão na criação, no uso e compartilhamento da informação.
Leitura	Prazer pela leitura, comunicação, desenvolvimento de significado e compreensão.
Participação social e cultural	Aprender sobre si mesmo e os outros enquanto pesquisadores.
Gestão da própria aprendizagem	Planejar as atividades de uma unidade curricular com base em investigação.

Fonte: Baseado em International Federation of Library Associations and Institutions (2016, p. 21)

Quanto à biblioteca universitária, ela tem função educativa e de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão, na orientação, respectivamente, de seu papel como laboratório de aprendizagem, como consolidadora do espírito científico e como promotora do desenvolvimento sociocultural (Lubisco, 2014).

Nesse sentido, Strehl (2023) chama a atenção para a necessidade de uma mudança de infraestrutura, de produtos e serviços das

bibliotecas universitárias tradicionais que concentram suas atividades em sua coleção e no conhecimento que sua equipe tem dos serviços que se referem ao compartilhamento dessas coleções. Ou seja, é essencial reinventá-las com o intuito de cumprirem sua função educativa, científica e cultural.

Para tanto, a autora afirma ser necessária a integração de duas funções à missão dessas bibliotecas, as quais são representadas pela biblioteca tecnológica e pela biblioteca educadora. Na primeira, o acesso à informação passa a ser remodelado com a virtualização das coleções, favorecendo o acesso aberto das publicações; a segunda refere-se à formação de competência em informação e de promoção de leitura que, mediante o grande volume de informações (verdadeiras ou falsas), contribui para que o sujeito supere as possíveis dificuldades de uso crítico e ético ao lidar com a informação (Strehl, 2023).

Somado a isso, vale ressaltar que tecnologias emergentes, a exemplo da IA, trazem avanços para as bibliotecas, mas também se mostram desafiadoras. Isso porque, enquanto a IA permite o acesso a coleções de dados e informações, ela também potencializa o fenômeno da desinformação e a criação de *deep fakes*, por exemplo, comprometendo, assim, a interação do sujeito no ambiente informacional. De fato que, as tecnologias conectaram pessoas, concederam vozes que, por vezes, não eram ouvidas, romperam barreiras geográficas, entre outros benefícios. Entretanto, segundo a (Organização das Nações Unidas, 2023, p. 3), essas mesmas tecnologias

[...] permitiram a rápida disseminação de mentiras e do discurso de ódio, causando danos reais em escala global . . . A capacidade de disseminar desinformação em larga escala para minar fatos cientificamente estabelecidos representa um risco existencial para a humanidade . . . e coloca em perigo as instituições democráticas e os direitos humanos fundamentais.

Com vistas a abarcar essas características de biblioteca escolar e biblioteca universitária,

Moutinho (2014) propôs o constructo “bibliotecas multiníveis”, levando em conta a atual característica dessas bibliotecas que passaram a atender a sujeitos integrados a três níveis de ensino (técnico, médio e superior), além dos servidores, colaboradores terceirizados, estagiários e a comunidade externa.

Assim, a designação aqui adotada se ancora na diversidade do perfil da comunidade dos IF: adolescentes, jovens, em paralelo a outros sujeitos sem limite de idade que ali estudam, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), da Formação Inicial e Continuada (FIC), do Programa Mulheres Mil, entre outros. Para além dessas características, compreende-se que há de se considerar a representação socioeconômica e cultural das comunidades que estudam nos IF. Isso porque, como estratégia de ampliação e para oportunizar a formação e aprendizagem a esses sujeitos, os IF são construídos em cidades do interior, ribeirinhas, próximo a comunidades quilombolas e indígenas, ou seja, longe dos grandes centros urbanos. Esta visão de contemplar esses sujeitos diz muito a respeito da identidade dessa instituição, isso porquê, enquanto política pública, o IF

[...] estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras) (Ministério da Educação, 2018, p. 19).

O atendimento a essa diversidade corrobora também a construção identitária das bibliotecas multiníveis. Santos, Hoffmann e Boccato (2011, p. 1) afirmam que as bibliotecas dos IF “[...] caminham na busca de sua construção identitária, abarcando uma junção de tipologias e olhares a serem refinados e construídos”, donde se entende que o termo ‘biblioteca multinível’ representa de forma completa essas unidades informacionais.

Diante do exposto, observa-se que mesmo as bibliotecas multiníveis tendo características de biblioteca escolar e universitária, com especificidades segundo sua natureza, sua simbiose proporciona benefício mútuo, não somente no que tange ao atendimento às necessidades informacionais específicas de sua comunidade, mas no sentido de ser um espaço que pode fomentar ações voltadas à educação em informação. Logo, essas características contribuem para elas se tornarem educadoras em informação e a sua identidade seja fortalecida também sob o viés educacional. Nessa linha de pensamento, Becker e Faqueti (2015, p. 44) afirmam que,

[...] tanto bibliotecas universitárias como escolares têm como objetivo atuar . . . [oferecendo] serviços que visam estimular a formação crítica de leitores, o desenvolvimento do espírito científico, dentre outras competências. No entanto, a forma como os serviços educacionais são ofertados se diferenciam, respeitando o nível de cada público e os recursos que a instituição oportuniza.

Em suma, Brandão (2007, p. 9) entende que “[...] a escola não é o único lugar onde [a educação] acontece e talvez nem seja a melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor não é o seu único praticante.” A partir dessa inferência, compreende-se que os espaços não formais de aprendizagem - nesta pesquisa representados pela biblioteca multinível - complementam os espaços formais como a sala de aula, ou seja, eles não são opositores, mas sim, complementares. Do mesmo modo, assim como o professor é o educador responsável pela educação dos alunos em sala de aula, o bibliotecário é o educador na biblioteca.

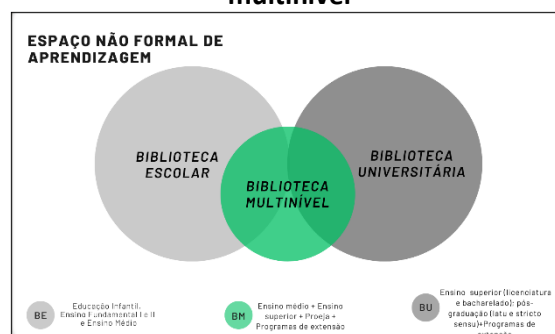
Segundo Gohn (2006, p. 28), a educação não formal “É aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. Entretanto, a complementaridade da educação não formal e da educação formal contribui para a formação da cidadania, emancipação, autonomia, as

quais levam o sujeito a pensar e agir criticamente (Gadotti, 2005). Leitis Junior (2018, p. 66) reitera que

As áreas da Biblioteconomia e da educação também estão empenhadas na construção de leitores e alunos críticos, . . . com competências e discernimento crítico para viabilizar a mudança social. A forma que isso pode se concretizar é pela educação não formal.

Diante do exposto, acerca das características das bibliotecas multiníveis abarcarem características de biblioteca escolar e biblioteca universitária e serem consideradas espaços não formais de aprendizagem, apresenta-se na Figura 2 a representação desses elementos.

Figura 2 - Características da biblioteca multinível



Fonte: elaboração própria (2025)

Visto por esse ângulo, independentemente do nível de ensino em que o sujeito se encontre, o desenvolvimento de ações de educação em informação pode atuar como fio condutor da biblioteca multinível e corroborar a aproximação dos serviços da biblioteca à realidade prática do sujeito informacional. Além disso, diante da oferta desses serviços e do cenário informacional contemporâneo, entende-se ser necessário que as bibliotecas multiníveis avancem para uma biblioteca orientada a desempenhar seu papel educacional, principalmente no desenvolvimento de ações de educação em informação.

4 Procedimentos Metodológicos

Este estudo propõe a discussão teórica da pesquisa em andamento no doutorado em Ciência da Informação. De abordagem qualitativa, segundo o objetivo, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e descritiva, com base em revisão da literatura não sistemática sobre a temática. Procedeu-se um levantamento bibliográfico no período de agosto a outubro de 2024 no Portal de Periódicos da Capes, na *Web of Science*; nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB); e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), em que considerou as publicações do período de 2012 a 2024.

Utilizou-se o filtro de idiomas: inglês, espanhol e português; e as palavras-chave: educação; educação em informação; competência em informação, infoeducação; biblioteca multinível; biblioteca universitária; e biblioteca escolar.

Abrangeram-se teóricos do campo de estudo da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Educação, em que os textos foram analisados e organizados, para que, em seguida, fossem realizados os fichamentos destacando a descrição das citações com vistas à análise e interpretação dos resultados.

5 Educação em informação: um caminho para o fortalecimento do caráter social e educador da biblioteca multinível

A educação, como processo de transmissão e construção de conhecimentos e de formação pessoal e cidadã, existe – não exatamente com esta ampliação - desde as civilizações mais remotas como uma ação intrínseca ao ser humano. Dentre seus inúmeros papéis, a educação contribui na formação do sujeito, conscientizando-o para uma reflexão sobre seu papel social, cultural, político e econômico. Brandão (2007, p. 11) compreende que a educação

[...] ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, fazendo passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do

processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.

Para Pinto (1982, p. 21), “A educação é um fato de ordem consciente. É determinada pelo grau alcançado pela consciência social e objetiva suscitar no educando a consciência de si e do mundo.” Logo, não se trata apenas de direcionar o sujeito por meio de instruções como uma receita pronta para que ele assimile o conteúdo proposto – à similitude da educação bancária, definida por Paulo Freire –, mas sim de instigá-lo à autoaprendizagem e à reflexão do porquê e para que ele precisa de determinada informação.

Nesse sentido, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, com o passar das décadas, tem direcionado seus interesses de pesquisas para o enfrentamento de desafios informacionais emergentes na contemporaneidade, alinhada ao que pensa Silva (2022) sobre a informação como objeto flutuante, pois ela tende a aceitar, a se relacionar e a valorizar as influências de diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Psicologia, do Jornalismo, da Comunicação, da Biblioteconomia e da Arquivologia.

Assim, compreende-se que a relação entre educação e informação se estabelece por uma rede de informação - redes humanas, redes institucionais e redes não-humanas (elementos tecnológicos de cunho impresso e digital) - que está envolvida no processo de apropriação e de construção de conhecimento para a autonomia do sujeito (Silva, 2022). Segundo Perrotti (2016, pp. 25-26), a infoeducação

[...] oferece uma alternativa nova aos profissionais da informação . . . Mesmo não se tratando de um pedagogo, no sentido clássico do termo, cabe aos profissionais da informação configurar dispositivos que sejam educativos, no sentido formativo e não meramente instrucional.

Destaca-se que, a infoeducação coaduna com a educação em informação, perspectiva adotada neste trabalho. Conforme Borges, Brandão e Barros (2022): a educação em informação é um conjunto de ações que visam à promoção de competências, habilidades e atitudes na busca, apropriação e no uso da informação de forma crítica, ética, responsável e autônoma. Apropriar-se da informação, portanto, proporciona liberdade para aquele que lê, amplia e transforma seu conhecimento, tirando-o de um lugar de mera assimilação para o de apropriação (Perrotti & Pieruccini, 2007), entendendo-se aqui assimilação como uma recepção passiva, uma transferência, e apropriação, como apreensão do sentido e incorporação ao próprio conhecimento, em uma relação de construção dinâmica entre o sujeito e o mundo, tendo em vista que esta relação “[...] é dinâmica, inconstante e mutável porque se refere à construção de um ser que sempre se transforma e que está inserido num mundo sempre em mudança” (Batista, 2018, p. 230).

Partindo desse princípio, entende-se que a educação em informação é uma ação transformadora que está para além de apenas desenvolver ações de capacitação quanto ao acesso e o uso da informação, pois ela transcende essa perspectiva quando o “[...] conjunto formativo que passa por essa capacitação . . . avança para a compreensão do papel da informação na sociedade e as possibilidades de mudança a partir da educação do sujeito informacional” (Zattar, Barbosa & Borges, 2023, p. 11). Assim sendo, considera-se que a educação em informação viabiliza a formação dos sujeitos informacionais como

[...] analistas conscientes das artimanhas do conhecimento, lançando-os, nas dimensões superiores do metac conhecimento. Trata-se principalmente de saber operar reflexivamente, de enfrentar desafios que exigem domínio dos modos de proceder, mas sobretudo de suas razões de ser, como condição de sobrevivência do pensamento nos mares caóticos e revoltos da

informação na contemporaneidade (Perrotti, 2016, pp. 88-89).

Nesse sentido, para que a biblioteca multinível atue na educação em informação de forma consolidada, faz-se necessária a congruência de alguns fatores: primeiramente, as bibliotecas multiníveis precisam se reconhecer como espaço que promove educação em informação e o bibliotecário ter consciência do seu papel de educador. Para Borges, Massoni e Martini (2023, p. 8), “A biblioteca precisa desempenhar um papel como educadora, sendo necessário, para tanto, a formação de bibliotecários comprometidos com a educação para a informação, ou seja, bibliotecários educadores.”

Juntamente a isso, faz-se necessário que os IF também reconheçam as bibliotecas multiníveis como um ambiente atuante nas ações de educação em informação e não a visualize somente como um espaço que desenvolve serviços convencionais, a exemplo do empréstimo dos materiais informacionais, catalogação, indexação e organização do acervo, recebimento de equipe do Ministério da Educação (MEC) para autorização e reconhecimento de curso de nível superior, entre outros serviços.

Outro ponto importante, é entender que os documentos normativos dos Institutos Federais, como o Regimento Geral e o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) dos IF, podem estabelecer, direcionar e/ou orientar no desenvolvimento de ações voltadas à educação em informação, contribuindo, assim, para a formação da identidade dessas bibliotecas, tendo em vista que o IF é “[...] um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana” (Ministério da Educação, 2010, p. 18).

Salienta-se que esses aspectos são a base que fundamenta os pensamentos pedagógicos de Álvaro Vieira Pinto e de Paulo Freire, autores a que esta pesquisa se alinha, sobretudo porque ambos compartilharam ideias quanto ao desenvolvimento de uma educação com vista à

consciência crítica do sujeito. Para Paulo Freire, a educação é o caminho para a transformação do país, pois ele entende que “[...] a educação, especificidade humana, [atua] como um ato de intervenção no mundo” (Freire, 2021, p. 106). A título de exemplificação, destaca-se, primeiramente, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) que Integra a amostra da pesquisa de doutorado em Ciência da Informação em andamento. O IFBA tem um SIBI que gerencia 21 bibliotecas multiníveis distribuídas em 22 *campi*^[4]. Salienta-se que apenas um não tem biblioteca por ser um *campus* avançado e este não fazer parte da amostra da pesquisa. No Regimento Interno do SIBI/IFBA é pontuado que as bibliotecas têm a finalidade de

VI-disseminar a informação e promover o uso do ambiente junto à comunidade interna e externa por meio de ações culturais, **educativas** e de lazer; . . . X - **orientar e instruir** os usuários, podendo ser na forma de **capacitação** a grupos ou personalizada, e na forma presencial ou à distância (*Resolução nº 10*, 2017, Art. 12, grifo nosso).

A partir disso, observa-se que o documento apresenta indícios referentes a ações educativas que podem ser desenvolvidas para o sujeito informacional.

Como reflexo desses direcionamentos, citam-se iniciativas de dois *campi* localizados na Bahia: o Clube de Leitura Rosa dos Ventos, da biblioteca do *campus* Paulo Afonso; e o Clube do Livro Sertão da biblioteca, no *campus* de Feira de Santana, os quais, por meio de leitura e discussão de obras literárias, objetivam estimular o sujeito ao hábito e gosto pela leitura, não somente por meio da leitura da palavra escrita, mas, sobretudo, por sua leitura de mundo, das suas memórias, que possibilitam interpretações e uma leitura crítica (Freire, 2021), elementos essenciais para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

No entanto, faz-se oportuno inferir que apesar dos exemplos acima citados, essas ações são desenvolvidas de forma autônoma e pontual por essas bibliotecas, carecendo de um planejamento sistemático junto ao SIBI

para que todos os *campi* possam realizar atividades como essas. Salienta-se, que esses exemplos não refletem a totalidade dos resultados obtidos na pesquisa, tendo em vista que a pesquisa de doutorado está em andamento.

Além disso, a construção de uma identidade pautada no caráter social e educador da biblioteca multinível pode ser fortalecida por meio dos documentos institucionais como o Regimento Geral dos IF e o Regimento Interno do SIBI, os quais podem estabelecer e/ou orientar ações voltadas à educação em informação. Esses documentos refletem a dimensão política que envolve a educação em informação, além de reforçar o compromisso dos IF com a educação transformadora, responsável pela melhoria da vida social dos cidadãos.

Outro exemplo pautado no desenvolvimento de competências em informação na biblioteca multinível foi um estudo realizado por Almeida e Freire (2017), em que apresentam eixos temáticos (profissional, científico, tecnológico e cultural) para a elaboração de um projeto educativo sob a perspectiva de desenvolvimento de competência em informação para a biblioteca multinível, com o intuito de contribuir no atendimento de necessidades humanas, na busca de soluções para problemas e para aquisição e construção de novo conhecimento. De acordo com os autores,

O Projeto Educativo em uma biblioteca multinível consiste em um tipo de projeto que reúne atividades e/ou ações educativas com o objetivo de desenvolver competências em informação no âmbito da educação profissional, científica e tecnológica, oportunizando a construção de conhecimentos interdisciplinares e a aprendizagem em coletividade nos mais diversos níveis de ensino e de processos formativos (Almeida & Freire, 2017, p. 22).

Observa-se, deste modo, que os dois exemplos supracitados, conformam ações de educação em informação, as quais viabilizam a formação dos sujeitos informacionais como analistas conscientes das complexidades do

conhecimento, capazes de atuar criticamente no ambiente informacional (Perrotti, 2016).

No entanto, ressalta-se que a educação em informação exige ações multidimensionais, isso significa que não basta uma ação pontual de dois ou três *campi*, é interessante que haja esforços em outras frentes como, por exemplo, uma iniciativa política, mencionada neste estudo como o estabelecimento de orientações em documentos normativos do Instituto que direcionem os bibliotecários a promover ações de educação em informação de forma planejada e consolidada.

Diante do exposto até aqui, considera-se importante refletir acerca da ressignificação da identidade das bibliotecas multiníveis, tomando como referência o desenvolvimento de educação em informação para além das ações formativas, elementos que propiciam ao sujeito informacional o desenvolvimento de um pensamento ético, crítico e autônomo para lidar com a informação.

6 Conclusões

Este trabalho se propôs a elucidar o caráter educativo da biblioteca multinível, com vistas a fortalecer a sua identidade, contribuindo no atendimento às demandas sociais emergentes quanto aos aspectos educacionais e informacionais.

Destaca-se que, ao longo de mais de um século passando por diversas transformações de ordem pedagógica, administrativa e política, o IF abandonou o viés assistencialista e instrumental e passou a se voltar para uma perspectiva humanista e social, com vistas a consolidar sua identidade.

No entanto, observa-se que as bibliotecas multiníveis precisam acompanhar os valores da instituição à qual estão vinculadas, de forma que ressignifiquem e fortaleçam a sua identidade, deslocando-se para uma concepção educadora voltada para a transformação social e a formação do sujeito ético e crítico.

Assim, compreende-se que a educação em informação é um caminho capaz de contribuir para o fortalecimento do caráter social e educador das bibliotecas multiníveis,

desenvolvendo pensamento crítico e a convivência multicultural. Logo, tais elementos são fundamentais para a ressignificação da identidade dessas bibliotecas, de modo que elas estejam alinhadas com a missão e os valores dos IF.

Contudo, a pesquisa de doutoramento que deu origem ao presente estudo ampliará as discussões, identificando se e como as bibliotecas multiníveis dos IF da Região Nordeste do Brasil promovem educação em informação, apresentando, em sua próxima etapa, a análise dos resultados empíricos.

Referências

- Almeida, J. L. S., & Freire, G. H. A. (2017). Competências em informação na biblioteca multinível: uma atividade de rotina ou uma atividade baseada em projetos? *Revista Folha de Rostto*, 3(2), 15-27.
<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/251/187>
- Batista, C. L. (2018). Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. *Em Questão*, 24(2), 210-234.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/74317>
- Becker, C. R. F., & Faqueti, M. F. (2015). *Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um olhar sobre a gestão*. Instituto Federal Catarinense.
- Borges, J., Brandão, G., & Barros, S. S. (Orgs.). (2022). *Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais*. Pimenta Cultural.
https://www.pimentacultural.com/_files/ugd/9711c4_14847c3dc8b042c79fb1f9d6afd083f4.pdf
- Borges, J., Massoni, L. F., & Martini, P. (2023). *O bibliotecário educador como parte da reinvenção da Biblioteconomia no Brasil*. In: Encuentro de Directores y de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del MERCOSUR (EDDBCIM) (Org.). Anais do Encuentro de Directores y de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del MERCOSUR. EDDBCIM. <https://encuentro->

- mercosur.fic.edu.uy/index.php/encuentro-mercosur/article/view/58/15
- Brandão, C. R. (2007). *O que é educação*. Brasiliense.
- Carvalho, D. Q. (1970). *Biblioteca de escolas técnicas industriais: manual de organização e funcionamento*. Fundação IBGE.
- Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. (1909, setembro 23). Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Imprensa Nacional.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Freire, P. (2021). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2005). *A Questão da Educação Formal/Não-Formal*. Institut International Des Droits De L'enfant (IDE). IDE.
<https://repositorio.ufpe.br/jspui/bitstream/123456789/54490/1/gadotti-educacao-nao-formal.pdf>
- Gohn, M. G. (2006) Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval.pol. públ. Educ.*, 14(50), pp. 27-38.
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sW/HxV5H54GYdfQ/?format=pdf&lang=pt>
- International Federation of Library Associations and Institutions. (2016). *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. (2a ed.). IFLA.
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>
- Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. (2008, dezembro 29). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Congresso Nacional.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm
- Leitis Junior, A. (2018). *A biblioteca enquanto campo de educação não formal*. [Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Internacional Uninter]. Repositório Digital da Uninter.
<https://repositorio.uninter.com/handle/1/100>
- Lubisco, N. M. L. (2014). Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). *PontodeAcesso*, 8(3), 5.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaic/article/view/12834/9273>
- Lubisco, N. M. L. (2021). *Tipologia de bibliotecas segundo as variáveis: função, acervo e público*. Salvador, 2021. [Slide de PowerPoint].
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23819/5/Tipologia%20N%c3%addia.pdf>
- Lourenço Filho, M. B. (1946). *O ensino e a biblioteca*. Imprensa Nacional.
- Machado, H. V. (2003). A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Rev. adm. contemp.* 7 (ed. especial). pp. 51-73.
<https://www.scielo.br/j/rac/a/Y7KdVD3kD5N/KdmjQJCWtkYS/?format=pdf>
- Ministério da Educação. (2010). *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes*. Ministério da Educação.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192
- Ministério da Educação (2018). *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*.
https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/cen-tenario/historico_educacao_profissional.pdf
- Ministério da Educação. (2024). *Institutos Federais, a cara do Brasil*. MEC.
<https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/institutos-federais.pdf>
- Ministério das Relações Exteriores. (2023). *Nova versão do Programa de Aceleração do*

- Crescimento (PAC).*
<https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-praia/nova-versao-do-programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>
- Moutinho, S. O. M. (2014). *Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina Zona Sul*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.
<https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3075>
- Organização das Nações Unidas. (2023). *Informe de política para a nossa agenda comum: integridade da informação nas plataformas digitais*. ONU.
https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf
- Pacheco, E. (2020). Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, 4(1).
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/issue/view/42>
- Perrotti, E. (2016). Infoeducação: um passo além científico-profissional. *Informação@Profissões*, 5(2), 5–31.
<https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p05>
- Perrotti, E., & Pierruccini, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In M. L. G. Lara, A. Fujino, & D. P. Noronha (Orgs.), *Informação e Contemporaneidade: perspectivas*, 179–196. Néctar.
<https://repositorio.usp.br/item/001826107>
- Pinto, A. V. (1982). *Sete lições sobre educação de adultos*. Editora Autores Associados, Cortez Editora.
- Resolução nº 10, de 31 de maio de 2017 (2017, maio 31). *Aprova o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas e Informação do IFBA*. Instituto Federal da Bahia.
<https://portal.ifba.edu.br/prodin/anexos-prodin/biblioteca/Resolucao10RegimentointernodoSIB.pdf>
- Santos, C. A. S., Hoffmann, W. A. M., & Boccato, V. R. C. (2011). *Os múltiplos olhares para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. In Instituto Federal do Sertão Pernambucano (Org.). Anais do sexto Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais. Instituto Federal do Sertão Pernambucano.
- Silva, J. L. C. (2022). *Fundamentos da informação II: perspectivas epistemológicas, humanas e técnico-pragmáticas* (Vol. 2). Abecin Editora.
- Silva, T. T. (2004). *A produção social da identidade e da diferença*. In Silva, T. T. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. (3a ed.), Vozes.
- Strehl, L. (2023). Uma agenda para reinvenção da biblioteca universitária: exercício estratégico e de ciência aberta. *SciELO Preprints*.
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3323/11372>
- Zattar, M., Barbosa, M. F. S. O., & Borges, J. (2023). Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. *Informação & Sociedade*, 33.
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/artic/view/67651/39224>

6 Notas

¹ Os Institutos Federais validam a verticalização do ensino na medida em que balizam suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, tomando para si a responsabilidade de possibilidades diversas de escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com todos(as) (Ministério da Educação, 2010, p. 26).

² Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo (Ministério da Educação, 2018, p. 3).

³ Programa de investimento que detém recursos da União, de estatais e de companhias privadas, voltados a projetos para os seguintes eixos: saneamento básico, infraestrutura, inclusão digital,

transição energética, ciência e tecnologia, educação, saúde, etc. (Ministério das Relações Exteriores, 2023).

⁴ Barreiras; Brumado; Camaçari; Euclides da Cunha; Eunápolis; Feira de Santana; Irecê; Ilhéus; Jacobina; Jequié; Juazeiro; Lauro de Freitas; Paulo Afonso; Porto Seguro; Salvador; Santo Amaro; Santo Antônio de Jesus; Seabra; Simões Filho; Avançado Ubaitaba (não tem biblioteca); Valença; Vitória da Conquista.